AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO Nº 042/2026
PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e parcelada aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliário e bens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretárias e departamentos da Prefeitura Municipal de Jataizinho – PR.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTA: até às 08:30 hs do dia 11/12/2026
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 hs do dia 11/12/2026
PREÇO MÁXIMO: R$ 319.794,38 (trezentos e dezenove mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos)
INFORMAÇÕESCOMPLEMENTARES:www.jataizinho.pr.gov.br
Prefeitura do Município de Jataizinho-Pr
Av. Presidente Getúlio Vargas, 494 – Jataizinho – Pr – Fone (43) 3259-1456

Jataizinho, 18 de novembro de 2026.

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

REGISTRO DE PREÇO

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº 098/2023, da Lei complementar Federal 123/06 e suas alterações, de demais normas pertinentes e, subsidiariamente, dos princípios gerais de direto, e ainda, em conformidade com o despacho exarado pela Autoridade Competente nos autos do presente processo, está aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026** doravante denominado pregão registro de preço, cujo critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM:**

EXCLUSIVA PARA ME E EPP	Acolhimento a partir: as 08:00 horas do dia 27/11/2026 Fim recebimento das propostas: as 08:30 horas do dia 11/12/2026 Início da sessão/ disputa de lances: as 09:00 horas do dia 11/12/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital

1. OBJETO:

A presente licitação tem por objeto Registro de preços para eventual e parcelada aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliário e bens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretárias e departamentos da Prefeitura Municipal de Jataizinho – PR.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R$ 319.794,38 (trezentos e dezenove mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos)

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06.001.12.361.0007.1004/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 000,103,104, 107, 1040

05.001.10.301.0006.1002/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 000, 1009, 934, 981, 972, 940
04.001.10.301.0006.2019/3.3.90.30.00.00 Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
Fonte de Recurso: 000, 303, 494
03.001.04.122.0002.2005/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 000

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **(https:bll.org.br).**

O edital está disponível na *internet*, na página do Portal da Transparência do Município de Jataizinho-Paraná

Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro (a) e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 015/2026, sendo o agente responsável pela condução do certame servidor efetivo do Município de Jataizinho.

Telefones: (43) 3259-1456 / 3259-1316

Endereço: Avenida Presidente Getúlio Vargas nº494, Centro - CEP: 862100.000, Jataizinho.

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECUROS:

a. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº.14.133, de 2021, ou solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico da **BLL – Bolsa Licitações e Leilões** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

b. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

c. As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital:

d. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados na página do Portal da Transparência do Município de Jataizinho-Paraná

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições especificas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal nº 098/2023, pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do item, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(s) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5. AMOSTRA:

5.1. em caso de dúvidas o pregoeiro poderá solicitar amostra do produto

6. GARANTIA

6.1. Não será exigida garantia de execução no presente certame.

7. CONSÓRCIO:

7.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, tendo em vista que o objeto da presente licitação é considerado comum e que a participação das empresas em consórcio tem como principal objetivo ampliar o caráter técnico, ou seja, empresas em consórcio possuem, tecnicamente, maior expertise para realizar o objeto das licitações públicas, garantindo a efetividade dos recursos públicos e dos resultados oferecidos à sociedade. Logo, entendemos que a vantajosidade de permitir o consórcio em licitações são vantajosos e especialmente em serviços complexos como obras de grande vulto ou transporte público, o que não é o caso do presente processo.

8. DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES – BLL:

As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br.

A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações e Leilões.

É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

09. ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Documentos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta;

Anexo IV – Modelo de Procuração;

Anexo V – Modelo de Declarações Unificadas;

Anexo VI – Termo de adesão ao sistema eletrônico de licitações da BLL;

Anexo VII – Minuta de Contrato/Ata;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;

Anexo IX – Declaração LGPD;

Anexo X – Declaração Contendo Informações para Assinatura do Contrato.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1. O edital está disponível para retirada no site do Município, no endereço www.jataizinho.pr.gov.br, PNCP (Portal Nacional de Compras Publicas), BLL (Bolsa de Licitações e Leilão) e junto ao Departamento de Licitação do Município de Jataizinho, na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 494 Centro, CEP 86210-430, Jataizinho, Estado do Paraná, **de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e da 13h30 às 17h00, pelo Telefone (43) 3259-1316.**

1.2. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitacões e Leilões**.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do município de Jataizinho-PR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões(https://bll.org.br/).

1.4. Para se cadastrar no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL), acesso o linK: realize o download do termo de adesão e preencha o mesmo;

1.5. Caso permaneça alguma dúvida sobre o cadastro, entre em contato com o suporte da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) pelo telefone (41) 3042-9909 ou 3091-9654, ou utilize o endereço:contato@bll.org.br.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão todos os interessados que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que apresentem os documentos exigidos para habilitação e que

apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões

2.2. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1. Tenham sido declarados inidôneos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2. Constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3. Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4. Não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. O servidor ou dirigente de órgão ou entidade, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente;

2.3.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

2.4. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável;

2.5. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6. O (a) pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. PROPOSTA INICIAL

3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1.O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2.A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2.A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1.A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3.O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.4.O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item.

4.1.2. Marca;

4.1.3. Modelo;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, apresentem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação que possibilite a identificação prévia da empresa.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2, Das Condições Específicas deste Edital.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. Poderá ser estabelecido intervalo mínimo de diferença de lances, a critério do pregoeiro.

5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente

após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas)horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

6.2. Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos ou global, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se

referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.2. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.3. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3(três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2. A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no Portal da Transparência do Município de Jataizinho-Pr.

9.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um Item.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o represente legal da empresa licitante para assinar a ata de

registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº. 14.133/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei e Decreto Municipal nº. 098/2023.

11.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

11.3. Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.

11.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4. Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo item.

11.5. A partir da assinatura da ata de registro de preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.7. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência iniciada na data da sua publicação, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº. 14.133/21.

11.8. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade como descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA.

12. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO

12.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro,** para mais ou para menos.

12.1.1. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração adotará as seguintes providências:

12.1.1.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

12.1.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

12.1.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.2. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor, que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgão governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

12.1.2.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Os licitantes e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos seguintes casos:

I - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) multa de 5% a 15%, nos seguintes casos:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) multa de 15% a 30%, nos seguintes casos:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2.1. Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento,

suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.5. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na **Lei n.º 14.133 de 2021.**

13.6. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.7. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13.8. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3. É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5. A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por **60 (sessenta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8. O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10. Fica eleito o foro de Ibiporã, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Wilson Fernandes	**João Rogério Beraldelli**
Prefeito Municipal	Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	05	UNID	**GELADEIRA FROST FREE INVERTER – CAPACIDADE LÍQUIDA MÍNIMA DE 500 LITROS** **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Geladeira destinada ao armazenamento e conservação de alimentos, bebidas e demais produtos perecíveis, indicada para utilização em ambientes domésticos e institucionais, proporcionando elevado desempenho na refrigeração, eficiência energética, baixo nível de ruído e ampla capacidade de armazenamento. O equipamento deverá possuir capacidade líquida total mínima de **500 litros**, distribuída em compartimentos independentes para refrigerador e freezer, em configuração duplex ou equivalente, permitindo adequada organização, conservação e fácil acesso aos alimentos armazenados. Deverá possuir sistema de degelo **Frost Free**, dispensando descongelamento manual, bem como compressor com tecnologia **inverter** ou equivalente, proporcionando maior estabilidade da temperatura interna, menor consumo de energia elétrica,		**4.705,46**	**23.527,30**

			redução do nível de ruído e maior vida útil do sistema de refrigeração. O controle de temperatura deverá ser eletrônico, por meio de painel digital ou eletrônico, permitindo o ajuste automático ou independente dos compartimentos, conforme as características do equipamento. O compartimento refrigerador deverá possuir, no mínimo, prateleiras removíveis e reguláveis confeccionadas em vidro temperado de alta resistência, gaveta destinada ao armazenamento de frutas, verduras e legumes, compartimento extra frio ou tecnologia equivalente para conservação de alimentos que exijam temperaturas inferiores, compartimentos na porta para acondicionamento de garrafas, bebidas, ovos e recipientes diversos, bem como iluminação interna em LED ou tecnologia equivalente. O compartimento freezer deverá possuir capacidade compatível com o volume total do equipamento, dispondo de prateleiras, compartimentos internos e função de congelamento rápido (Turbo Freezer) ou tecnologia equivalente, permitindo melhor organização e conservação dos alimentos congelados. O equipamento deverá possuir pés niveladores ajustáveis, puxadores embutidos ou ergonomicamente projetados, estrutura confeccionada em			

			chapa de aço com acabamento de elevada resistência à corrosão, pintura de alta durabilidade e gás refrigerante ecológico **R600a** ou equivalente, com baixo potencial de impacto ambiental. Deverá apresentar classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente do INMETRO. O produto deverá apresentar acabamento uniforme, livre de amassados, deformações, riscos, falhas de pintura, oxidação, rebarbas ou quaisquer defeitos de fabricação que comprometam sua segurança, funcionalidade, desempenho ou durabilidade. **Especificações mínimas** • Tipo: refrigerador com compartimentos independentes para refrigerador e freezer (duplex ou equivalente); • Sistema de degelo: Frost Free; • Capacidade líquida total mínima: **500 litros**; • Compressor: tecnologia Inverter ou equivalente; • Controle de temperatura: eletrônico; • Painel de controle: digital ou eletrônico; • Material das prateleiras: vidro temperado de alta resistência; • Iluminação interna: LED ou tecnologia			

			equivalente; • Gás refrigerante: R600a ou equivalente; • Classificação energética: conforme regulamentação vigente do INMETRO; • Alimentação elétrica: **127 V**, frequência de **60 Hz**; • Cor predominante: branca. **Características adicionais** • Prateleiras removíveis e reguláveis; • Compartimentos na porta para garrafas, bebidas e recipientes diversos; • Gaveta para frutas, verduras e legumes; • Compartimento extra frio ou tecnologia equivalente; • Função de congelamento rápido (Turbo Freezer) ou tecnologia equivalente; • Baixo nível de ruído durante o funcionamento; • Elevada eficiência energética; • Controle eletrônico de temperatura; • Estrutura resistente à corrosão; • Adequada para utilização contínua em ambientes institucionais. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo do equipamento, prestada pelo fabricante ou por rede de assistência técnica			

			autorizada. **Condições de fornecimento** O equipamento deverá ser **novo**, **sem uso**, de **primeiro uso**, acondicionado em embalagem original de fábrica, lacrada e em perfeito estado de conservação, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia, relação da rede de assistência técnica autorizada em território nacional e de todos os acessórios, componentes, cabos e demais itens indispensáveis ao seu perfeito funcionamento, em conformidade com as especificações do fabricante.			
02	09	UNID	**FOGÃO INDUSTRIAL PROFISSIONAL 04 BOCAS COM FORNO** **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Fogão industrial profissional destinado ao preparo contínuo de alimentos em cozinhas institucionais, adequado para utilização em unidades de alimentação coletiva, cozinhas industriais, refeitórios e demais ambientes que demandem elevada resistência mecânica, segurança operacional, eficiência térmica e durabilidade. O equipamento deverá possuir estrutura reforçada confeccionada em aço carbono de alta resistência, com acabamento em pintura eletrostática a pó sobre tratamento anticorrosivo ou tecnologia equivalente,		**1.437,90**	**12.941,10**

			proporcionando elevada resistência ao desgaste, à corrosão e às altas temperaturas decorrentes do uso contínuo. A mesa de cocção deverá possuir acabamento esmaltado a fogo ou tecnologia equivalente, resistente ao calor, impactos e abrasão, facilitando a higienização e aumentando a durabilidade do equipamento. Deverá possuir 04 (quatro) queimadores de alto rendimento, sendo, no mínimo, **02 (dois) queimadores duplos**, admitindo-se configuração equivalente ou superior de desempenho térmico, confeccionados em ferro fundido de elevada resistência, proporcionando distribuição uniforme da chama e elevado desempenho no preparo dos alimentos. As grelhas deverão ser removíveis, confeccionadas em ferro fundido maciço, dimensionadas para suportar panelas de grande porte sem deformações, garantindo estabilidade durante a utilização. O equipamento deverá possuir registros individuais para cada queimador, confeccionados em material metálico de elevada resistência mecânica e térmica, permitindo acionamento independente e controle preciso da intensidade da chama. Deverá possuir bandeja coletora de resíduos removível, facilitando os			

			procedimentos de limpeza e manutenção. O forno deverá ser integrado ao equipamento, com capacidade compatível para preparo de alimentos em ambiente institucional, possuindo porta com visor em vidro temperado resistente ao calor, sistema de fechamento que proporcione adequada vedação térmica, isolamento térmico em lã de rocha ou material de desempenho equivalente, acabamento interno esmaltado ou revestimento de elevada resistência térmica e, no mínimo, duas grades removíveis. O equipamento deverá operar com gás liquefeito de petróleo (GLP), em baixa pressão, apresentando excelente eficiência térmica, baixo consumo de combustível e segurança durante a operação. Deverá possuir pés niveladores ou sapatas antiderrapantes, proporcionando estabilidade durante o uso. O produto deverá apresentar acabamento uniforme, livre de amassados, deformações, falhas de pintura, oxidação, rebarbas ou quaisquer defeitos de fabricação que comprometam sua segurança, funcionalidade, desempenho ou durabilidade. **Especificações mínimas** • Tipo: fogão industrial profissional com forno integrado; • Quantidade de bocas: 04;			

			• Queimadores: mínimo de 04 queimadores de alto rendimento, sendo, no mínimo, 02 queimadores duplos, admitindo configuração equivalente ou superior; • Funcionamento: GLP (baixa pressão); • Estrutura: aço carbono reforçado com pintura eletrostática sobre tratamento anticorrosivo ou equivalente; • Mesa superior: acabamento esmaltado a fogo ou tecnologia equivalente; • Grelhas: ferro fundido maciço, removíveis; • Queimadores: ferro fundido; • Registros: individuais, metálicos, de alta resistência; • Bandeja coletora de resíduos removível; • Forno integrado com capacidade mínima de **80 litros**; • Porta do forno com visor em vidro temperado; • Isolamento térmico do forno em lã de rocha ou material equivalente; • Acabamento interno do forno esmaltado ou equivalente; • Quantidade mínima de grades internas: 02 (duas); • Alimentação: gás GLP;			

			• Cor predominante: preta ou grafite. **Características adicionais** • Estrutura reforçada para uso contínuo em ambiente institucional; • Elevada eficiência térmica; • Distribuição uniforme da chama; • Mesa de fácil higienização; • Grelhas removíveis para facilitar limpeza; • Componentes substituíveis individualmente; • Baixa necessidade de manutenção; • Excelente estabilidade estrutural; • Compatível com panelas de grande porte; • Baixo consumo de gás; • Adequado para utilização intensiva em cozinhas institucionais. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo do equipamento, prestada pelo fabricante ou pela rede de assistência técnica autorizada. **Condições de fornecimento** O equipamento deverá ser novo, sem uso, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original de fábrica, lacrada e em perfeito estado de conservação, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia, relação da rede de			

			assistência técnica autorizada no território nacional e de todos os acessórios, componentes, conexões e demais itens indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento, em conformidade com as especificações do fabricante.			
03	11	UNID	**LAVADORA DE ROUPAS AUTOMÁTICA – CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 KG** **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Lavadora automática de roupas destinada à higienização de peças de vestuário, roupas de cama, banho e demais tecidos, indicada para utilização em ambientes domésticos e institucionais, proporcionando elevada capacidade de lavagem, eficiência operacional, economia de recursos e durabilidade. O equipamento deverá possuir **capacidade mínima de lavagem de 14 kg**, abertura superior, sistema automático de lavagem e centrifugação, permitindo o processamento de grandes volumes de roupas com elevado desempenho na remoção de sujeiras e manchas. Deverá possuir sistema inteligente de gerenciamento da lavagem, por meio de sensores eletrônicos capazes de identificar automaticamente a quantidade de roupas, ajustando o nível de água, o tempo de lavagem e o perfil		**2.024,82**	**22.273,02**

			de agitação, ou tecnologia equivalente, proporcionando maior eficiência na utilização de água, energia elétrica e desempenho do ciclo. O equipamento deverá possuir painel de controle digital resistente à umidade, permitindo seleção intuitiva dos programas de lavagem, funções especiais e ajustes de operação. O cesto deverá ser confeccionado integralmente em aço inoxidável, proporcionando elevada resistência à corrosão, maior durabilidade e melhor conservação das roupas durante o processo de lavagem. Deverá possuir sistema de remoção avançada de manchas, utilizando ciclos específicos de molho, agitação ou tecnologia equivalente, capaz de remover diferentes tipos de manchas sem comprometer a integridade dos tecidos. O equipamento deverá possuir função para redução do tempo de lavagem ou tecnologia equivalente, permitindo diminuir a duração dos ciclos sem comprometer a eficiência da lavagem. Deverá possuir sistema de reutilização da água da lavagem (Modo Reúso) ou tecnologia equivalente, possibilitando o reaproveitamento da água sempre que compatível com o programa selecionado, contribuindo para economia de recursos hídricos. Deverá possuir ciclo silencioso ou tecnologia			

			equivalente para redução do nível de ruído durante as etapas de lavagem e centrifugação. Deverá disponibilizar, no mínimo, programas específicos para roupas do dia a dia, roupas delicadas, roupas brancas, roupas coloridas, roupas de cama e banho, edredons, enxágue antialérgico, ciclo rápido, panos de limpeza, roupas pesadas e remoção de manchas ou programas equivalentes. O equipamento deverá possuir filtro para retenção de fiapos, pés niveladores ajustáveis, tampa com abertura superior, sistema automático de níveis de água, dupla opção de centrifugação ou tecnologia equivalente e classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente do INMETRO. O produto deverá apresentar acabamento uniforme, livre de deformações, riscos, falhas de pintura, oxidação ou quaisquer defeitos de fabricação que comprometam sua segurança, funcionalidade, desempenho ou durabilidade. **Especificações mínimas** • Tipo: lavadora automática de roupas; • Abertura: superior; • Capacidade mínima de lavagem: **14 kg**; • Sistema inteligente de gerenciamento da lavagem por sensores eletrônicos ou tecnologia equivalente;			

			• Painel de controle: digital; • Cesto: aço inoxidável; • Sistema automático de níveis de água; • Programa para redução do tempo de lavagem ou tecnologia equivalente; • Sistema avançado para remoção de manchas; • Sistema de reutilização da água da lavagem (Modo Reúso) ou tecnologia equivalente; • Ciclo silencioso ou tecnologia equivalente; • Filtro para retenção de fiapos; • Pés niveladores; • Classificação energética: conforme regulamentação vigente do INMETRO; • Alimentação elétrica: **127 V**, frequência **60 Hz**; • Potência aproximada: **580 W**; • Plugue padrão brasileiro **10 A**. **Características adicionais** • Painel digital resistente à umidade; • Cesto em aço inoxidável de elevada durabilidade; • Ajuste automático do nível de água conforme a carga; • Economia de água e energia elétrica; • Programas específicos para diferentes tipos de tecidos; • Função de lavagem			

			rápida; • Ciclo para roupas delicadas; • Ciclo para roupas pesadas; • Ciclo para edredons; • Ciclo antialérgico; • Ciclo para remoção de manchas; • Sistema de reutilização da água; • Baixo nível de ruído durante o funcionamento; • Elevada resistência para utilização contínua em ambiente institucional. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo do equipamento, prestada pelo fabricante ou por rede de assistência técnica autorizada. **Condições de fornecimento** O equipamento deverá ser **novo**, **sem uso**, de **primeiro uso**, acondicionado em embalagem original de fábrica, lacrada e em perfeito estado de conservação, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia, relação da rede de assistência técnica autorizada em território nacional e de todos os acessórios, componentes, mangueiras, conexões e demais itens indispensáveis ao seu perfeito funcionamento, em conformidade com as especificações do fabricante.			
04	03	CONJ.	**CONJUNTO DE MESA RETANGULAR COM TAMPO**		**1.568,46**	**4.705,38**

			EM GRANITO E 08 CADEIRAS **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Conjunto de mesa destinado à utilização em refeitórios, salas de convivência, copas, cozinhas institucionais e demais ambientes destinados à realização de refeições e atividades coletivas, proporcionando elevada resistência estrutural, conforto, estabilidade, durabilidade e facilidade de higienização. O conjunto deverá ser composto por **01 (uma) mesa retangular** e **08 (oito) cadeiras**, confeccionadas com materiais de elevada resistência mecânica, adequados para utilização contínua em ambientes institucionais. A mesa deverá possuir estrutura confeccionada em aço carbono tubular reforçado, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó, proporcionando elevada resistência à corrosão, impactos, abrasão e desgaste decorrentes do uso contínuo. O tampo deverá ser confeccionado em **granito natural**, na cor ocre ou equivalente, com espessura mínima de **18 mm**, superfície polida, impermeabilizada, resistente à umidade, altas temperaturas, impactos moderados e produtos utilizados na limpeza cotidiana. A base deverá possuir estrutura retangular			

			reforçada, confeccionada em aço, dimensionada para suportar o peso do tampo em granito, proporcionando excelente estabilidade durante a utilização. As cadeiras deverão possuir estrutura tubular em aço carbono, acabamento em pintura eletrostática, assento fixo confeccionado sobre base estrutural reforçada, revestido em **material sintético tipo corino ou equivalente**, com sistema de fixação de elevada resistência, incluindo porca garra ou tecnologia equivalente. Os encostos deverão ser fixos, estofados e revestidos em material sintético tipo corino ou equivalente, proporcionando conforto, resistência ao desgaste e facilidade de higienização. Cada cadeira deverá suportar carga estática mínima de **130 kg**, distribuída uniformemente, sem apresentar deformações permanentes ou comprometimento estrutural. Todos os componentes metálicos deverão apresentar acabamento uniforme, livre de rebarbas, falhas de soldagem, deformações, oxidação, falhas de pintura ou quaisquer defeitos de fabricação que comprometam a segurança, funcionalidade, estabilidade ou durabilidade do conjunto. **Especificações mínimas** • Tipo: conjunto de mesa para refeições; • Composição: **01 mesa e 08 cadeiras**;			

			• Formato da mesa: retangular; • Capacidade: **08 lugares**; • Estrutura da mesa: aço carbono tubular reforçado; • Acabamento da estrutura: pintura eletrostática a pó; • Base da mesa: estrutura retangular em aço reforçado; • Material do tampo: granito natural; • Cor do tampo: ocre ou equivalente; • Espessura mínima do tampo: **18 mm**; • Estrutura das cadeiras: aço carbono tubular; • Acabamento das cadeiras: pintura eletrostática a pó; • Assentos: fixos, estofados e revestidos em material sintético tipo corino ou equivalente; • Encostos: fixos, estofados e revestidos em material sintético tipo corino ou equivalente; • Sistema de fixação do assento: porca garra ou tecnologia equivalente; • Capacidade mínima de carga por cadeira: **130 kg**; • Cor predominante da estrutura: preta, grafite ou equivalente; • Dimensões aproximadas da mesa: ○ Comprimento: **180 cm**;			

			○ Largura: **75 cm**; ○ Altura: **75,7 cm**; • Dimensões aproximadas das cadeiras: ○ Altura: **106,5 cm**; ○ Largura: **38,5 cm**; ○ Profundidade: **52,5 cm**. Será admitida variação dimensional de até **±5%**, desde que não comprometa a capacidade para oito usuários, a estabilidade, ergonomia, resistência ou funcionalidade do conjunto. **Características adicionais** • Estrutura reforçada para utilização contínua em ambiente institucional; • Elevada resistência mecânica; • Pintura eletrostática de alta durabilidade; • Tampo em granito natural de fácil higienização; • Resistência à umidade e ao calor; • Assentos e encostos estofados para maior conforto; • Revestimento resistente ao desgaste e de fácil limpeza; • Excelente estabilidade estrutural; • Baixa necessidade de manutenção; • Longa vida útil. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo do			

			conjunto, prestada pelo fabricante ou pela rede de assistência técnica autorizada. **Condições de fornecimento** O conjunto deverá ser **novo**, **sem uso**, de **primeiro uso**, acondicionado em embalagem original de fábrica, acompanhado de manual de montagem em língua portuguesa, certificado de garantia e de todos os parafusos, ferragens, componentes e acessórios indispensáveis à completa montagem e perfeita utilização do mobiliário, em conformidade com as especificações do fabricante.			
05	07	UNID	**BEBEDOURO DE ÁGUA ELETRÔNICO DE MESA** **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Bebedouro de água eletrônico de mesa destinado ao fornecimento de água em temperatura natural, fria e gelada, adequado para utilização em repartições públicas, unidades administrativas, centros de convivência, unidades de acolhimento, salas de atendimento e demais ambientes institucionais. O equipamento deverá utilizar sistema eletrônico de refrigeração de alta eficiência, proporcionando baixo consumo de energia, operação silenciosa, estabilidade térmica e fornecimento contínuo de água em diferentes temperaturas, garantindo conforto e praticidade aos		**373,91**	**2.617,37**

			usuários. O equipamento deverá ser compatível com galões de água mineral de **10 (dez) e 20 (vinte) litr os**, possuir estrutura resistente em material de elevada durabilidade, componentes internos de qualidade, acabamento de fácil higienização e design apropriado para utilização contínua em ambientes institucionais. O sistema de fornecimento deverá permitir a seleção entre água em temperatura natural e água refrigerada, podendo dispor de controle para fluxo contínuo ou por acionamento manual, proporcionando praticidade durante a utilização. O produto deverá possuir bandeja coletora removível para limpeza, perfurador para lacre do galão ou sistema equivalente, pés antiderrapantes e dispositivos de segurança que assegurem o funcionamento adequado do equipamento. O equipamento deverá ser fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa e todos os acessórios necessários para sua instalação e utilização. **Especificações mínimas** • Tipo: bebedouro eletrônico de mesa; • Alimentação elétrica: **bivolt automático (127/220 V)**; • Sistema de refrigeração:			

			eletrônico;
			• Fornecimento de água:
			  o Natural;
			  o Fria;
			  o Gelada;
			• Compatível com galões de **10 L e 20 L**;
			• Capacidade mínima do reservatório de água gelada: **0,8 litro**;
			• Temperatura da água refrigerada: **igual ou inferior a 10°C**, em condições normais de funcionamento;
			• Potência nominal mínima: **65 W**;
			• Consumo máximo de energia: **8 kWh/mês**;
			• Gabinete confeccionado em plástico de engenharia, polímero de alta resistência ou material de desempenho equivalente;
			• Bandeja coletora removível;
			• Perfurador de lacre para galão ou sistema equivalente;
			• Pés antiderrapantes;
			• Baixo nível de ruído durante o funcionamento;
			• Fácil higienização e manutenção;
			• Dimensões aproximadas:
			  o Largura: **29 cm**;
			  o Altura: **44 cm**;
			  o Profundidade: **38 cm**.
			Serão aceitas variações dimensionais de até **±10%**, desde que não comprometam			

			a funcionalidade do equipamento.			
			Características adicionais • Baixo consumo de energia; • Operação silenciosa; • Acionamento simples e ergonômico; • Estrutura resistente à corrosão e ao desgaste; • Fácil instalação; • Fácil limpeza; • Compatível com uso institucional contínuo; • Componentes elétricos em conformidade com as normas brasileiras aplicáveis; • Produto certificado por organismo acreditado pelo Inmetro, quando aplicável. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo do equipamento, compreendendo assistência técnica e substituição de peças defeituosas sem ônus para a Administração durante o período de garantia.			
06	05	UNID	**FOGÃO DOMÉSTICO A GÁS – 06 BOCAS** **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Fogão doméstico a gás de piso, destinado à preparação de alimentos em cozinhas institucionais, refeitórios, unidades de acolhimento, centros de convivência e		**1.099,17**	**5.495,85**

			demais dependências da Administração Pública, adequado para utilização contínua, proporcionando segurança, eficiência térmica, durabilidade e facilidade de limpeza. O equipamento deverá possuir estrutura metálica resistente, acabamento em pintura eletrostática ou material de desempenho equivalente, resistente à corrosão, ao calor e ao desgaste decorrente do uso contínuo. Deverá ser equipado com **06 (seis) queimadores**, distribuídos de forma a permitir o preparo simultâneo de diferentes alimentos, contemplando queimadores de diferentes potências para cocção rápida e preparo delicado. A mesa superior deverá ser confeccionada em aço inoxidável ou aço esmaltado de elevada resistência, com acabamento que facilite a higienização e proporcione maior durabilidade. As trempes deverão ser confeccionadas em ferro fundido, aço esmaltado ou material de desempenho equivalente, garantindo estabilidade para panelas de diferentes tamanhos e resistência às altas temperaturas. O forno deverá possuir ampla capacidade interna, porta com vidro duplo temperado ou tecnologia equivalente, iluminação interna, prateleiras removíveis e reguláveis, além de revestimento interno que facilite a limpeza e			

			proporcione melhor conservação do equipamento. O acendimento deverá ser automático ou eletrônico, proporcionando praticidade e segurança durante a utilização. O equipamento deverá atender às normas brasileiras de segurança e eficiência energética aplicáveis, sendo adequado ao uso institucional contínuo. **Especificações mínimas** • Tipo: fogão doméstico de piso; • Alimentação: gás GLP, conversível para gás natural (GN), quando tecnicamente permitido pelo fabricante; • Quantidade de queimadores: **06 (seis)**; • Acendimento automático ou eletrônico; • Mesa em aço inoxidável, aço esmaltado ou material de desempenho equivalente; • Trempes individuais ou duplas em ferro fundido, aço esmaltado ou material de desempenho equivalente; • Tampa superior em vidro temperado ou material de desempenho equivalente; • Botões ergonômicos e resistentes ao calor; • Forno com capacidade mínima de			

			90 litros;
			• Porta do forno com vidro duplo temperado ou tecnologia equivalente;
			• Iluminação interna no forno;
			• Prateleira(s) removível(is) e com regulagem de altura;
			• Revestimento interno do forno de fácil limpeza;
			• Puxador resistente ao calor;
			• Pés niveladores ou reguláveis;
			• Classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente;
			• Dimensões aproximadas:
			  ○ Largura: entre **75 e 80 cm**;
			  ○ Altura: entre **95 e 100 cm**;
			  ○ Profundidade: entre **60 e 70 cm**.
			Serão aceitas variações dimensionais de até **±10%**, desde que não comprometam a instalação, a segurança ou a funcionalidade do equipamento.
			Características adicionais
			• Estrutura robusta para uso contínuo;
			• Baixo consumo de gás;
			• Distribuição uniforme da chama;
			• Alta eficiência térmica;
			• Fácil limpeza e manutenção;
			• Boa estabilidade durante o uso;			

			• Resistência à corrosão; • Componentes substituíveis; • Produto adequado para utilização em cozinhas institucionais. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo do equipamento, abrangendo assistência técnica, mão de obra e substituição de peças defeituosas sem ônus para a Administração. **Condições de fornecimento** O equipamento deverá ser **novo**, **sem uso**, de **primeiro uso**, acondicionado em embalagem original de fábrica, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia, acessórios necessários ao pleno funcionamento, bem como atender às normas técnicas de segurança e possuir certificação emitida por organismo acreditado pelo **Inmetro**, quando aplicável.			
07	08	Unid.	**REFRIGERADOR DOMÉSTICO FROST FREE DUPLEX** **Unidade de fornecimento:** UN **Descrição Técnica** Refrigerador doméstico tipo **duplex**, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos perecíveis e bebidas em cozinhas, refeitórios, casas de acolhimento, unidades assistenciais e demais		**3.025,49**	**24.203,92**

			ambientes institucionais, proporcionando elevada capacidade de armazenamento, eficiência energética, refrigeração uniforme e praticidade na organização dos alimentos. O equipamento deverá possuir sistema de refrigeração **Frost Free**, dispensando o descongelamento manual, garantindo melhor conservação dos alimentos, redução da formação de gelo e facilidade de manutenção. Deverá possuir compartimentos independentes para refrigerador e congelador, permitindo armazenamento organizado de alimentos resfriados e congelados, com distribuição uniforme da temperatura e desempenho compatível com utilização contínua em ambiente institucional. O gabinete deverá ser confeccionado em chapa de aço tratada contra corrosão, com acabamento em pintura eletrostática ou material de desempenho equivalente, proporcionando elevada resistência mecânica, durabilidade e facilidade de limpeza. As prateleiras internas deverão ser confeccionadas em vidro temperado ou material de elevada resistência, removíveis e reguláveis, possibilitando diferentes configurações internas para melhor aproveitamento do espaço. O equipamento deverá possuir iluminação interna em			

			LED ou tecnologia equivalente, controle interno ou externo de temperatura, compartimentos específicos para frutas, verduras, legumes, ovos, bebidas e demais alimentos, além de pés reguláveis para nivelamento. O produto deverá apresentar funcionamento silencioso, baixo consumo de energia elétrica e atender às normas brasileiras de segurança e eficiência energética vigentes. **Especificações mínimas** • Tipo: refrigerador doméstico duplex; • Sistema de refrigeração: **Frost Free**; • Capacidade líquida total mínima: **410 litros**; • Capacidade líquida do refrigerador: mínima de **300 litros**; • Capacidade líquida do congelador: mínima de **90 litros**; • Alimentação elétrica: **127 V ou 220 V**, conforme solicitação da Administração no momento da aquisição; • Controle de temperatura; • Iluminação interna em LED ou tecnologia equivalente; • Prateleiras removíveis e reguláveis em vidro temperado ou material de desempenho equivalente; • Gaveta para frutas e verduras;			

			• Compartimentos internos para ovos, garrafas e bebidas; • Porta reversível ou sistema equivalente, quando disponível pelo fabricante; • Pés reguláveis; • Gás refrigerante ambientalmente adequado, livre de CFC; • Classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente do Inmetro; • Cor: branca ou outra definida pela Administração no momento da aquisição. Dimensões aproximadas: • Largura: entre **65 cm e 75 cm**; • Altura: entre **170 cm e 185 cm**; • Profundidade: entre **65 cm e 75 cm**. Serão aceitas variações dimensionais de até **±10%**, desde que não comprometam a instalação e a funcionalidade do equipamento. **Características adicionais** • Sistema Frost Free; • Baixo consumo de energia elétrica; • Funcionamento silencioso; • Excelente distribuição interna; • Fácil higienização; • Alta resistência à corrosão; • Boa estabilidade térmica; • Componentes			

			internos resistentes; • Adequado para utilização contínua em ambiente institucional; • Produto em conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo do equipamento, abrangendo assistência técnica, mão de obra e substituição de peças defeituosas sem ônus para a Administração. **Condições de fornecimento** O equipamento deverá ser **novo**, **sem uso**, de **primeiro uso**, acondicionado em embalagem original de fábrica, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia, acessórios necessários ao pleno funcionamento e documentação técnica do fabricante, atendendo às normas de segurança e eficiência energética vigentes e possuindo certificação emitida por organismo acreditado pelo Inmetro, quando aplicável.			
08	07	UNID	**LAVADORA DE ROUPAS SEMIAUTOMÁTICA TIPO TANQUINHO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 4,5 KG, COR PRETA** Lavadora de roupas semiautomática, tipo tanquinho, destinada à lavagem de roupas de uso cotidiano, com **capacidade mínima de lavagem de 4,5**		**488,31**	**3.418,17**

			kg de roupas secas, abertura superior e sistema de lavagem por agitação. O equipamento deverá possuir estrutura resistente, adequada ao uso contínuo, com gabinete confeccionado em material plástico de boa resistência e durabilidade, apresentando acabamento uniforme, sem deformações, trincas, rebarbas ou quaisquer defeitos que comprometam sua segurança, funcionamento ou vida útil. **Especificações mínimas** • Tipo: lavadora semiautomática tipo tanquinho; • Capacidade mínima de lavagem: **4,5 kg de roupas secas**; • Cor predominante: **PRETA**; • Abertura: superior; • Sistema de lavagem: por agitação, mediante agitador com pás ou tecnologia equivalente; • Quantidade mínima de programas de lavagem: **04 (quatro)**; • Acionamento dos programas por timer, seletor mecânico ou sistema equivalente; • Tampa superior transparente ou translúcida, permitindo a visualização do processo de lavagem; • Capacidade máxima de água da cuba: **mínimo de 40 litros**; • Entrada de água: manual;			

			• Saída de água: manual; • Mangueira para entrada de água; • Mangueira ou sistema adequado para escoamento da água; • Peneira, filtro ou sistema destinado à retenção de pequenos objetos; • Motor dotado de sistema de proteção térmica ou tecnologia equivalente; • Grade ou proteção adequada do conjunto motriz; • Gabinete confeccionado em plástico de elevada resistência ou material equivalente; • Pés fixos e estáveis; • Classificação de eficiência energética **A**, quando aplicável segundo regulamentação vigente; • Baixo consumo de energia elétrica; • Alimentação elétrica: **127 V ou 220 V, conforme solicitação da Administração no momento da aquisição**; • Frequência: 60 Hz; • Potência compatível com a capacidade do equipamento, admitindo-se aproximadamente **345 W a 365 W**, conforme a tensão; • Consumo de energia compatível com equipamentos de			

			elevada eficiência, tomando-se como referência consumo de aproximadamente **0,09 kWh por ciclo normal com água fria**; • Produto em conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica e regulamentações aplicáveis. **Dimensões aproximadas** O equipamento deverá possuir dimensões compatíveis com utilização em ambientes residenciais ou institucionais de pequeno e médio porte, tomando-se como referência: • Altura: aproximadamente **75 cm**; • Largura: aproximadamente **57 cm**; • Profundidade: aproximadamente **59 a 60 cm**. Serão admitidas variações dimensionais razoáveis, desde que não prejudiquem a capacidade mínima de lavagem, a segurança, a estabilidade, a instalação e a funcionalidade do equipamento. **Características adicionais** O equipamento deverá apresentar: • sistema de lavagem eficiente para roupas leves, normais e pesadas; • programas adequados a diferentes níveis de sujeira; • operação simples e			

			intuitiva; • baixo consumo de energia; • estrutura resistente à umidade e à utilização frequente; • facilidade de limpeza e manutenção; • baixo nível de vibração durante o funcionamento; • componentes resistentes e adequados à utilização contínua; • facilidade de movimentação e instalação. **Garantia mínima** Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo do equipamento, contra defeitos de fabricação, prestada pelo fabricante, fornecedor ou rede de assistência técnica autorizada.			
09	13	UNID	**AR CONDICIONADO, 12.000 BTUS** Capacidade mínima: 12.000 BTUS Ciclo: frio Voltagem: 220 V Freqüência: 60 Recirculação de ar m3/h: 1200 Potência W: mínima 1096 Eficiência de ERR Btu: mínima 8.50 Bifásico Controle remoto com display, sem fiol Timer digital 24 horas Suporte para fixação da unidade externa em aço galvanizado e zincado Garantia mínima: 12 meses Garantia mínima: 12 meses.		**2.129,66**	**27.685,58**
10	11	UNID	**AR CONDICIONADO,**		**3.094,03**	**34.034,33**

			18.000 BTUS Capacidade mínima: 18.000 BTUS Ciclo: frio Voltagem: 220 V Frequência:60 Recirculação de ar m3/h: 1200 Potência W: mínima 1620 Eficiência de ERR BTU: mínima 8.50 Bifásico Controle remoto com display, sem fio Timer digital 24 horas Suporte para fixação da unidade externa em aço galvanizado e zincado; Garantia mínima: 12 meses Garantia mínima: 12 meses.			
11	10	UNID	**AR CONDICIONADO CAP. MÍNIMA 30.000 BTUS** Capacidade mínima: 30.000 BTUS Ciclo: frio Voltagem: 220 V Frequência: 60 Recirculação de ar m3/h: 1200 Potência W: mínima 3100 Eficiência de ERR BTU: mínima 8,50 Bifásico Controle remoto com display, sem fio. Timer digital 24 horas Suporte para fixação da unidade externa em aço galvanizado e zincado. Garantia mínima: 12 meses.		**4.623,20**	**46.232,00**
12	03	UNID	**CORTINA DE AR** Potência:280 W. Tensão/voltagem: 110 V, 220V Nível de ruído:59 dB Comprimento x Altura x Largura: 120 cm x 22.1 cm x 18.3 cm. Orientação: Horizontal. Peso:17 kg. Altura máxima de instalação: 3 m. Fluxo de ar 2.134 m³/h.		**623,98**	**1.871,94**

			Garantia mínima: 12 meses.			
13	02	UNID	**Cortina de Ar Potência**:345 W. Nível de ruído:59 dB Tensão/voltagem: 110 V, 220V Comprimento x Altura x Largura: 150 cm x 21 cm x 19 cm. Orientação:Horizontal. Altura máxima de instalação: 3 m. Fluxo de ar 2150 m³/h. Garantia mínima: 12 meses.		**788,31**	**1.576,62**
14	03	UNID	**Cortina de Ar** Potência:250 Ar W. Nivel de ruído:62 dB Tensão/voltagem: 110 V, 220V Comprimento x Altura x Largura: 200 x 21 x 10 cm Orientação:Horizontal. Altura máxima de instalação: 3 m. Fluxo de ar 2786m³/h. Garantia mínima: 12 meses.		**1.106,21**	**3.318,63**
15	25	UNID	**VENTILADOR OSCILANTE DE COLUNA** 60cm Especificações Mínimas: Ventilador oscilante de coluna: bivolt, de velocidade variável. com chave de controle de velocidade diâmetro minimo da hélice. 55 cm grade de proteção de no mínimo 60 cm, vazão na velocidade de aproximadamente 70 m³/min. rotação aproximada 1.500 rpm; potência mínima do motor: 120 w, tensão de alimentação: 110/220 VCA; 9. ângulo mínimo de varredura horizontal: 50°, ângulo minimo de varredura vertical: 50° Cor a escolher. Garantia mínima: 12 meses.		**340,10**	**8.502,50**
16	45	UNID	**VENTILADOR DE PAREDE**		**301,51**	**13.567,95**

			OSCILANTE 127V ou BIVOLT Especificações Mínimas: ventilador de parede oscilante horizontal automático e vertical manual, com controle de velocidade, bivolt, diâmetro total 60 cm, 3 pás largas, diâmetro das hélices de, no mínimo, 50cm, potência mínima de 200w, rotação mínima 1400 rpm, eixo com rolamento, grade de proteção aramada cor a escolher. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE. Cor a escolher Garantia mínima 12 meses.			
17	07	UNID	**CLIMATIZADOR EVAPORATIVO PORTÁTIL DE ALTA VAZÃO** Climatizador evaporativo portátil, destinado à ventilação, circulação, renovação e climatização de ambientes institucionais, adequado para utilização contínua em áreas de médio porte. **Especificações técnicas mínimas:** a) vazão mínima no modo climatização de **9.000 m³/h**; b) vazão mínima no modo ventilação de **10.000 m³/h**, quando houver diferenciação entre os modos; c) capacidade de atendimento indicada pelo fabricante para ambientes de, no mínimo, **50 m²**, podendo alcançar aproximadamente 70 m², conforme as condições de temperatura, umidade e renovação do ar; d) sistema de ventilação axial ou tecnologia equivalente; e) reservatório de água com capacidade mínima de **100**		**3.060,62**	**21.424,34**

			litros; f) consumo máximo de água de **10 litros por hora**, nas condições nominais informadas pelo fabricante; g) potência elétrica nominal máxima de **400 W**, garantindo-se integralmente as vazões mínimas exigidas; h) motor monofásico, com construção compatível com operação contínua; i) alimentação elétrica em **127 V ou 220 V**, conforme indicado pela Administração na requisição; j) frequência de 60 Hz; k) nível máximo de ruído de **57 dB**, conforme informação técnica do fabricante; l) painel eletrônico ou digital multifunções; m) controle remoto; n) no mínimo, **três velocidades de operação**; o) sistema de climatização mediante placas ou painéis evaporativos de alta eficiência; p) proteção das placas evaporativas e tela, filtro ou sistema antipoeira equivalente; q) abastecimento manual de água, com acesso seguro e de fácil utilização; r) indicador de nível de água ou sistema equivalente de controle do reservatório; s) sistema de proteção contra funcionamento inadequado na ausência de água, quando aplicável à tecnologia ofertada; t) aletas ou direcionadores para distribuição do fluxo de ar; u) suporte com rodas ou rodízios resistentes,			

			permitindo a movimentação segura do equipamento; v) estrutura resistente à umidade, à corrosão, a impactos moderados e à utilização frequente; w) dimensões compatíveis com equipamento portátil de alta vazão, tomando-se como referência aproximada 80 cm de largura, 48 cm de profundidade e 138 cm de altura, admitida variação de até 10%, desde que não sejam comprometidas a mobilidade, a capacidade do reservatório e a vazão exigida; e x) peso máximo aproximado de 35 kg, sem água, de modo a preservar sua condição de equipamento móvel. O equipamento deverá ser **novo, sem uso e de primeiro fornecimento**, entregue em embalagem original, completamente montado ou acompanhado de todos os componentes necessários à montagem e ao funcionamento. Deverão acompanhar o equipamento: a) controle remoto; b) manual de utilização e manutenção em língua portuguesa; c) certificado de garantia; d) cabo de alimentação com plugue no padrão brasileiro; e) rodas, rodízios, suportes e demais acessórios necessários; e f) relação ou canal de atendimento da assistência técnica. A empresa deverá apresentar **ficha técnica, catálogo ou manual oficial do fabricante**,			

			em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, permitindo comprovar a vazão, a capacidade do reservatório, a potência, o nível de ruído, a tensão e as demais características exigidas. Não serão aceitas declarações produzidas exclusivamente pelo revendedor sem correspondente documentação técnica do fabricante. **Garantia mínima de 12 meses**, contada do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, peças, componentes e mão de obra, sem custos adicionais para a Administração.			
18	11	Unid.	**CLIMATIZADOR EVAPORATIVO INDUSTRIAL DE ALTA VAZÃO** Climatizador evaporativo industrial, destinado à ventilação, circulação, renovação e climatização de ambientes institucionais amplos, adequado para operação contínua e movimentação de elevado volume de ar. **Especificações técnicas mínimas:** a) vazão nominal mínima de **18.000 m³/h**; b) capacidade indicada pelo fabricante para atendimento de área de, no mínimo, **150 m²**, observadas as condições de temperatura, umidade relativa, renovação do ar e dimensionamento do ambiente;		**5.672,58**	**62.398,38**

			c) saída de ar lateral, acompanhada de duto, direcionador ou componente equivalente necessário à adequada distribuição do fluxo de ar; d) sistema de climatização evaporativa mediante circulação de água em placas ou painéis evaporativos; e) motor monofásico com potência nominal mínima aproximada de **1 CV**; f) rotação nominal aproximada de **1.350 RPM**, admitida variação de até 10%, desde que mantida a vazão mínima; g) potência elétrica nominal máxima de **800 W**, garantindo-se a vazão mínima exigida; h) alimentação elétrica em **220 V**, admitida faixa operacional entre 220 V e 240 V; i) compatibilidade com rede elétrica de frequência de 60 Hz; j) reservatório ou sistema próprio de armazenamento, abastecimento e circulação de água, integrado ao equipamento e compatível com sua capacidade operacional; k) bomba de circulação de água dimensionada para o funcionamento contínuo do sistema evaporativo; l) placas evaporativas com proteção contra contato acidental e entrada excessiva de partículas; m) grades ou elementos de proteção destinados a impedir o contato do usuário com hélices, motores e demais partes móveis;			

			n) estrutura resistente à umidade, à corrosão, ao desgaste e à utilização contínua; o) aletas, duto ou sistema direcionador que permita distribuir adequadamente o fluxo de ar; p) base estável, com rodas ou rodízios industriais resistentes e sistema de travamento, permitindo movimentação e posicionamento seguro; q) dimensões máximas aproximadas de **1,00 m de largura, 1,00 m de profundidade e 1,70 m de altura**, admitidas pequenas variações que não prejudiquem a instalação nem a operação; e r) peso máximo aproximado de **45 kg**, sem água, preservando a possibilidade de movimentação do equipamento. O equipamento deverá ser **novo, sem uso e de primeiro fornecimento**, entregue em embalagem adequada e acompanhado de todos os componentes indispensáveis à instalação e ao funcionamento. Deverão acompanhar o equipamento: a) duto ou direcionador correspondente à saída de ar; b) bomba, mangueiras, conexões e componentes do sistema de circulação de água; c) manual de utilização e manutenção em língua portuguesa; d) certificado de garantia; e) cabo de alimentação e componentes elétricos compatíveis com a potência			

			do equipamento; e f) relação ou canal de atendimento da assistência técnica. A empresa deverá apresentar **ficha técnica, catálogo ou manual oficial do fabricante**, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, permitindo comprovar a vazão nominal, a potência elétrica, a potência e rotação do motor, a tensão, as dimensões e as demais características exigidas. A simples declaração comercial do revendedor não substituirá a documentação técnica oficial do fabricante. A Administração poderá solicitar esclarecimentos, documentação complementar ou demonstração técnica para verificar a compatibilidade do produto ofertado. **Garantia mínima de 12 meses**, contada do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, peças, componentes e mão de obra, sem custos adicionais para a Administração.			
VALOR MÁXIMO TOTAL						**319.794,38**

a) Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos a contar do recebimento da requisição do material, emitida pelo setor Requisitante, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela contratada durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado, por escrito, e aceito pela Administração.

b) O local de entrega será especificado pelo Município por ocasião da requisição, sem ônus para a Administração e dentro das especificações previstas no Edital, devendo o objeto ser entregue no Município de Jataizinho-PR em todas as Secretarias e Departamentos. (Ponto a Ponto)

c) A entrega deverá ser previamente agendada e ser realizada de segunda a sexta feira das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

d) A entrega deverá ser realizada mediante a apresentação da Nota Fiscal, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas,

registros e patentes referentes ao objeto cotado.

e) Os produtos devem ser entregues embalados e em perfeito estado, sem sinais de violação, umidade e sem inadequação de conteúdo (qualitativo ou quantitativo). A marca, o número do lote, a data de fabricação e a validade, conforme o caso deverão estar impressos na embalagem dos produtos.

f) Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicadas à FORNECEDORA as sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

g) A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a **FORMA PARCELADA**, sendo somente pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme necessidades do MUNICÍPIO DE JATAIZINHO.

h) Os produtos que exigem validade, não serão aceitos no ato da entrega, com prazo inferior à 75% do seu total.

2. Justificativa

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de estruturar, renovar e adequar os espaços físicos das unidades administrativas e operacionais vinculadas às Secretarias Municipais. O desempenho eficiente das atividades públicas depende diretamente de condições adequadas de trabalho para os servidores e de ambientes acolhedores e funcionais para o atendimento à população.

DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

2.1. O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) (dias) corridos, contados do(a) requisição de material, em remessa parcelada, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período quando solicitado pela empresa desde que ocorra motivo justificado, por escrito, no endereço indicado no item 3.6 deste edital.

2.2. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelosprejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.7. A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a **FORMA PARCELADA**.

3.8 A entrega deverá ser realizada mediante a apresentação da Nota Fiscal, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes referentes ao objeto cotado.

3.9 Os produtos devem ser entregues embalados e em perfeito estado, sem sinais de violação, umidade e sem inadequação de conteúdo (qualitativo ou quantitativo). A marca, o número do lote, a data de fabricação e a validade, conforme ocaso, deverão estar impressos na embalagem dos produtos.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

4.1. São obrigações do Contratado:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias conforme item 3.3 do termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

4.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

4.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

4.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

4.1.9.2. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

4.2. São obrigações do Contratante:

4.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

4.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.2.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas.

4.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

4.2.6. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

4.2.7. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

4.2.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

4.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional e de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, contendo (Modalidade e o Número deste edital, Número da Nota de Empenho e Dados Bancários) ao fiscal do contrato. A Nota Fiscal deverá ser assinada pelo gestor do Contrato.

5.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.3. O pagamento será feito via depósito em conta corrente (indicada na proposta) em nome da CONTRATADA.

5.4. A emissão da Nota Fiscal deverá constar a quantidade do objeto licitado.

5.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.6. Em caso de atraso de pagamento pelos serviços efetivamente prestados, a administração deve realizar a correção monetária (INPC) destes valores com a incidência, inclusive, de juros moratórios, nos termos do artigo 92, V, da Lei 14.133/2021.

6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

6.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 6.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de aquisição de produtos e que há previsão de sanções administrativas no contrato.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

9.1. O prazo de garantia contratual dos bens é de, no mínimo 12 (doze) meses, sem prejuízo do disposto no art. 18 e 26 do CDC.

10. VIGÊNCIA

9.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por mais doze meses, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11. DO REAJUSTAMENTO.

11.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice INPC.

11.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data da proposta.

11.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 12.133, de 2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

11.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

11.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
06.001.12.361.0007.1004/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 000,103,104, 107, 1040
05.001.10.301.0006.1002/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 000, 1009, 934, 981, 972, 940
04.001.10.301.0006.2019/3.3.90.30.00.00 Atividades da Secretaria Municipal de

Saúde

Fonte de Recurso: 000, 303, 494

03.001.04.122.0002.2005/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 000

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

Jataizinho-Pr, 18 de novembro de 2026.

ANA PAULA AZEVEDO
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

ANNA LÚCIA DE AZEVEDO
Secretaria Municipal de Assistência Social

ANGELA MARIA MOREIRA MENEZES
Secretaria Municipal de Saúde

FRANCINI LEMES DE ALMEIDA
Diretora Departamento de Administração

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO

1.1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

a) A Documentação de habilitação deverá ser anexada nos termos do disposto do subitem 7 deste edital, antes da fase de lances nos prazos estipulados em edital.

b) Os documentos necessários à habilitação da proponente que forem anexados no portal de licitações BLL

- deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Será aceita somente cópia legível, não sendo aceito documento cuja data esteja rasurada, facultado ao pregoeiro, qualquer tempo, se assim entender necessário, em caso de cópia simples ou publicação em órgão oficial, exigir um novo, no prazo máximo de 02 (duas) horas.

c) O pregoeiro poderá solicitar novos documentos complementares se assim entender, a serem anexados em **(documentos complementares pós-disputa)** do portal de licitações BLL para conferência.

d) Todos os documentos apresentados deverão estar dentro de seu prazo de validade, sob pena de inabilitação do proponente.

e) **A não apresentação de quaisquer documentos descritos neste anexo implicará na inabilitação do licitante.**

1.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato social e as alterações que indiquem os atuais sócios e o objeto do contrato), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

d) Declaração contendo informações para assinatura do contrato conforme **ANEXO X.**

1.2.2. REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais, e à Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, relativa aos**Tributos Mobiliários**, expedida pela Secretaria Municipal dia Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei. Caso não conste prazo de validade, essa será de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores.

g) Prova de regularidade relativa a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores (Lei 12.440/2011) - (http://www.tst.jus.br/certidao).

1.2.2.1. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo V;

b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do Anexo V;

c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo V;

d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal,**nos termos do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, conforme Anexo V.

1.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão negativa falência** expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.

b) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

c) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

1.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) 01 (um) atestado firmado por pessoa jurídica de direito público, ou 01 (um) atestado firmado por pessoa jurídica de direito privado, comprovando a venda de bens **iguais ou similares** ao objeto desta licitação, bem como a boa aplicação dos itens cotados.

1.3. A apresentação do CRC (Certificado de Registro Cadastral), de qualquer órgão da Administração Pública, com validade, expressa no documento, substituirá a apresentação dos documentos enumerados nos 1.2.2, alíneas “a”.

1.4. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou autenticado por qualquer servidor da administração pública. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis**, podendo valer-se das disposições da Lei Federal 13.726/2018**.

1.5. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.5.1. Caso entenda necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

1.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

1.7. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.9. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.10 A obtenção dos benefícios a que se refere o caput do art. 4º da Lei 14.133/2021 fica limitada às ME e EPP que, no ano calendário de realização da licitação , ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo ser apresentada declaração de observância desse limite.**

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, acatandotodas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:	CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:	CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: AGÊNCIA
ENDEREÇO e TELEFONE:	e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

1. Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o ANEXO 01 do Edital.PROPOSTA: R$ (Por extenso)

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

5. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Local e data

_____

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.ºXXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a)Pregão Eletrônico n.º 042/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

_____

OUTORGANTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.ºXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA,** para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. **INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. **NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

_____

Nome do representante legal

ANEXO VI

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

I. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

IV. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JATAIZINHO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Presidente Getúlio Vargas, nº. 494, inscrito no CNPJ sob nº. 76.245.042/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wilson Fernandes, doravante denominado CONTRATANTE, resolve registrar os preços da empresa ....., com sede na cidade ....., Estado do ....., na Rua ....., inscrita no CNPJ sob nº. ....., e Inscrição Estadual nº. ....., representada por seu ....., o Sr. (a) ....., CPF nº. ..... e RG nº. ....., doravante denominada CONTRATADA, nas quantidades estimadas para o período de 12 (doze) meses, de acordo com a classificação por Item, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis Federais 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal 098/2023, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico 042/2026, do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto do Processo Licitatório, que deu origem a presente Ata é o Registro de preços para eventual e parcelada aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliário e bens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretárias e departamentos da Prefeitura Municipal de Jataizinho – PR., conforme descrito no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº. 042/2026, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

1.2. A empresa denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer ao Município de Jataizinho/PR, de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

Lote	Descrição do	Exigências	Unidade de	Quantida	Valor	Valor total

XXXX	objeto	complementares	medida	de	unitário	
Item 1					R$	R$

1.3. O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contadas no Pregão Eletrônico nº. 042/2026, com a proposta da DETENTORA, com a Lei Federal nº. 14.133/2021 e com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como as demais leis pertinentes.

1.4. Após assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06.001.12.361.0007.1004/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 000,103,104, 107, 1040

05.001.10.301.0006.1002/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 000, 1009, 934, 981, 972, 940

04.001.10.301.0006.2019/3.3.90.30.00.00 Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Fonte de Recurso: 000, 303, 494

03.001.04.122.0002.2005/4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 000

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços terá sua vigência iniciada na data da sua assinatura, que se estenderá até __/__/__, podendo ser prorrogada, por igual período, na forma do artigo 84 da Lei Federal nº. 14.133/21.

3.2. Para efeitos de garantia dos produtos e/ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se derá até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, conforme descrito na Proposta de Preços,

CLÁSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

5.1. O preço para o fornecimento do produto é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para o total execução do objeto.
5.2. No valor definido estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrecontes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.
6.2. O preço registrado poderá, justificamente ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, observados os requisitos constantes do Pregão Eletrônico nº. 042/2026.
6.3. A revisão de preços registrados deverá ser solicitado ao Gestor do Contrato e/ou Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. Fica designado como gestores deste contrato os funcionários indicados no Estudo Técnico Preliminar, o qual desempenhará as atribuições atinentes ao controle orçamentário e financeiro e a ordenação de despesa, bem como as alterações contratuais que se fizerem necessárias.
7.2. A fiscalização do contrato, por sua vez, será exercida pelos funcionários indicados no Estudo Técnico Preliminar, a quem caberá, entre outras obrigações

pertinentes, o acompanhamento da execução do contrato e o aviso ao gestor quando da ocorrência de qualquer fato adverso ou ainda da necessidade de alterações contratuais de prazo e/ou de valor para que o gestor tome as providências necessárias. O recebimento das mercadorias/bens deverá ser efetuado pela comissão devidamente instituída mediante atestado de recebimento na respectiva nota fiscal.

7.3. A execução do objeto deste pregão eletrônico será fiscalizada pelos servidores acima designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

7.4. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

7.4.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

7.4.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

7.4.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.4.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Secretaria de Governo os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

7.5. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

7.6. Caso a Contratada se torne inadimplente pela falta de execução total ou parcial do presente Contrato, serão aplicadas isoladas ou cumulativamente as sanções constantes no Decreto Municipal nº 098/2023.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO:

8.1. Os serviços deverão ser executados no local indicado no item 3 do Termo de Referência, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1. São obrigações do Contratado:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

9.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

9.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.9. Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

9.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

9.1.9.2. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

9.2. São obrigações do Contratante:

9.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas.

9.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

9.2.6. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.2.7. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional e de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, contendo (Modalidade e o Número deste edital, Número da Nota de Empenho e Dados Bancários) ao fiscal do contrato. A Nota Fiscal deverá ser assinada pelo gestor do Contrato.

10.1.1. Em caso de atraso de pagamento pelos serviços efetivamente prestados, a administração deve realizar a correção monetária (INPC) destes valores com a incidência, inclusive, de juros moratórios, nos termos do artigo 92, V, da Lei 14.133/2021.

10.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.3. O pagamento será feito via depósito em conta corrente (indicada na proposta) em nome da CONTRATADA.

10.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de aquisição de produtos e que há previsão de sanções administrativas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

12.1. O prazo de garantia contratual dos bens é de, no mínimo 12 (doze) meses, sem prejuízo do disposto no art. 18 e 26 do CDC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos seguintes casos:

I - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) multa de 5% a 15%, nos seguintes casos:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Dar causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) multa de 15% a 30%, nos seguintes casos:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2.1. Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.5.O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei n.º 14.133 de 2021.

13.6. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.7. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13.8. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1. O presente instrumento poderá ser extinto nas hipóteses e condições estabelecidas nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 098/2023

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se obrigam ao cumprimento integral dos ditames e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Lei nº 13709/2018.

15.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

15.3. Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

15.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

15.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

15.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

15.7. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

15.8. O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.9.A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.11. Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

15.12. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e

auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

15.13. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

15.14. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Pelo presente instrumento contratual, a CONTRATADA se compromete a observar as normais legais vigentes no país, incluindo, mas não se limitando, à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e à Lei contra a Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.846/2013), bem como se obriga a agir em consonância às políticas internas da CONTRATANTE.

16.2. A CONTRATADA declara, por livre manifestação, não estar envolvida, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, sócios, consultores ou partes relacionadas, em qualquer atividade ou prática que caracterize infração administrativa nos termos da Lei Anticorrupção.

16.3. A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não forneceu, pagou ou autorizou o pagamento, nem concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar-se ou beneficiar a CONTRATANTE ilicitamente e se compromete a não fazê-lo durante toda a vigência do presente contrato.

16.4. As partes se comprometem a não contratarem como empregados ou firmarem qualquer forma de relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção e de lavagem de dinheiro.

16.5. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem

como em casos em que obtiver ciência acerca de qualquer prática de suborno ou corrupção.

16.6. O descumprimento pela CONTRATADA das normas legais anticorrupção e do disposto neste Contrato será considerado uma infração grave e implicará na possibilidade de rescisão do instrumento contratual pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou penalidade, respondendo a CONTRATADA, ainda, sobre eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decretos Municipal n.º 098/2023, e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Jataizinho e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.4. Fica eleito o foro de Ibiporã, noqualserãodirimidastodasasquestõesnãoresolvidasnaesferaadministrativa. Local e data

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 042/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada: ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021. ( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007. DECLARA ainda: 1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; 2. Que a empresa não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação. 3. Estar ciente que o limite de utilização dos benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Lei Complementar 123/2006 é de até R$ 4.800.000, e que esse limite vale por item ou total do certame e também para o acumulado de contratos firmados num mesmo exercício/ano. Ou seja, se no mesmo ano a empresa já firmou compromissos contratuais com montante igual a R$ 4.800.000, mesmo não tendo até a data da licitação faturado (emitido a devida nota fiscal), não pode mais usufruir dos benefícios da LC 123, visto que seu comprometimento ultrapassaria esse valor. Logo, a ME ou EPP poderá participar da licitação, porém, sem direito a qualquer benefício. 4. Estar ciente que as MEs e EPPs deixam de ter o direito de regularizar sua documentação fiscal e o direito ao empate ficto em licitações em que o item seja superior a R$ 4.800.000. 5. Estar ciente que as MEs e EPPs deixam de ter o direito de regularizar sua documentação fiscal e o direito ao empate ficto em licitações de obras e serviços de engenharia cujo valor estimado seja superior a R$4.800.000. 6. Estar ciente que nos contratos com entrega estimada mensal ou com vigência de 12 meses, o valor de referência para fins de compromisso firmado com a Administração Pública deverá ser o VALOR ANUAL do contrato.

Assinatura e data

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.ºXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que: 1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. Aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. Referentes a participações societárias;

1.3. Informações inseridas em contratos sociais;

1.4. Endereços físicos e eletrônicos; 1.5. Estado civil;

1.6. Eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. Relações de parentesco;

1.8. Número de telefone;

1.9. Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

4. Em cumprimento ao princípio da publicidade, previsto no Art. 37 caput da Constituição Federal e demais orientações dos órgãos de controle, declara que concorda que todos os documentos fornecidos sendo estes de pessoa física ou jurídica serão publicados em sua integra no portal transparência juntamente com os demais documentos desta licitação e demais atos posteriores decorrentes do certame.

Local e data _____ Representante Legal

ANEXO X

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1 - DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social: Endereço:

Bairro: CEP: Cidade: Estado:

CNPJ:

Conta Corrente:

Agência:

Banco:

IE:

Fone:

Fax:

Contador da empresa:

Fone:

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Função: Data de Nascimento:

Estado Civil:

Escolaridade:

RG:

Emissor:

CPF:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Fone:

Celular:

E-mail:

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de .....

_____

Nome: RG/CPF Cargo: